

Transferência de recursos federais

O quadro financeiro e fiscal das unidades federativas brasileiras tem se constituído em um dos importantes temas para os formuladores de políticas públicas no Brasil. Nesse sentido, o BNB/ETENE tem acompanhado regularmente o cenário das finanças públicas através do indicador denominado “Índice de Dependência Financeira (IDF)”.

O IDF corresponde à relação entre as Transferências da União e a Receita Corrente Líquida (RCL). As Transferências da União são representadas pela soma do Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Transferências Discricionárias (TD) para Estados e Municípios. Já a Receita Corrente Líquida corresponde à arrecadação obtida pela própria unidade federativa e as Transferências Correntes (legais e discricionárias).

O IDF mostra a capacidade de uma unidade federativa em gerar receitas a partir de sua própria base econômica, isto é, de sua própria arrecadação de tributos. Quanto mais o IDF for próximo de zero, menor será a dependência da unidade federativa em relação às transferências federais. Inversamente, quanto mais o IDF se distancia de zero, maior será a dependência da unidade federativa em relação às transferências federais.

O IDF nacional caiu de 0,27, no terceiro quadrimestre de 2017, para 0,24 no segundo quadrimestre de 2018, significando redução do nível médio de dependência do conjunto das unidades federativas em relação às transferências da união. Cabe ressaltar que a redução no IDF nacional decorreu do aumento da RCL (+5,2%), bem como da redução das transferências (-5,2%), vide Tabela 1.

Registre-se, contudo, que o Índice de Dependência Financeira cresceu na Região Norte no período em análise, considerando redução na RCL em 1,5%, enquanto que as transferências ficaram estáveis. O Centro-Oeste, por sua vez, foi a única região beneficiada com o aumento das transferências (+20,0%), mas em menor escala que a RCL (+22,6%). Em todas as outras regiões verificou-se redução das transferências e aumento na RCL, à exceção da região Norte, conforme ressaltado anteriormente (Tabela 1).

O Sudeste possui o menor IDF (0,11), sendo, portanto, a Região com o menor grau de dependência das Transferências da União. Assim, a arrecadação auferida no próprio Sudeste representou 89% da receita obtida por essa Região ao final do segundo quadrimestre de 2018.

Por outro lado, o Nordeste continua sendo a região com o maior grau de dependência das transferências federais, tendo o IDF alcançado 0,53 em 2018. Em outros termos, a arrecadação auferida no próprio Nordeste significou apenas 47% da receita realizada por essa Região no período em referência. Registre-se que a média nacional alcançou 76%.

No Nordeste, os oito estados pesquisados, apresentaram redução no indicador IDF no período estudado, ou seja, verificou-se diminuição na dependência de recursos federais. Cabe alertar que os dados do Rio Grande do Norte não foram disponibilizados para o segundo quadrimestre de 2018. Os declínios mais expressivos ocorreram em Alagoas (-11,3%), Piauí (-10,5%) e Ceará (-10,1%). Os dois primeiros obtiveram os maiores crescimentos da RCL no Nordeste, +4,9% e +5,6%, respectivamente. O Ceará apresentou a maior redução nas transferências (-7,3%).

No comparativo entre as unidades federativas, Pernambuco (0,40) apresenta o menor IDF na Região, seguido por Bahia (0,47) e Ceará (0,52), que são as únicas unidades federativas com indicador abaixo da média da Região (0,53), superando por larga diferença, contudo, a média nacional (0,24). Alagoas (0,65), Maranhão (0,65) e Paraíba (0,65) possuem os níveis de dependência mais elevados, acima do Piauí (0,63), Sergipe (0,59) e Rio Grande do Norte (0,57), conforme detalhado na Tabela 1.

A dependência dos estados do Nordeste das Transferências Federais é reflexo de uma base econômica ainda incipiente nessa Região, com elevado nível de informalidade nas relações econômicas, gerando, assim, uma modesta arrecadação tributária. As Transferências Federais cumprem papel ainda vital para o fortalecimento do Nordeste. Contudo, torna-se imprescindível fortalecer as políticas de desenvolvimento regional, com ênfase em estratégias direcionadas para adensar as cadeias produtivas locais, de forma que a Região possa reduzir sua dependência de recursos provenientes da União.

Autor: Antônio Ricardo de Norões Vidal, Economista, Coordenador de Estudos e Pesquisas, Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, Banco do Nordeste/ETENE.

Tabela1 - Indicadores de finanças públicas ⁽¹⁾ - Terceiro quadrimestre de 2017 e segundo quadrimestre de 2018

Valores em R\$ Milhões ⁽²⁾

Estado/Região/País	RCL		FPE		FPM		TD		IDF	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Alagoas	7.349	7.502	2.796	2.873	1.854	1.868	716	550	0,73	0,71
Bahia	29.953	30.284	6.233	6.394	7.237	7.377	1.861	1.313	0,51	0,50
Ceará	17.779	18.139	4.867	4.992	3.861	3.954	1.551	1.274	0,58	0,56
Maranhão	12.505	12.783	4.802	4.925	3.228	3.318	822	646	0,71	0,70
Paraíba	9.131	9.259	3.177	3.261	2.439	2.498	799	640	0,70	0,69
Pernambuco	21.512	22.257	4.572	4.692	3.822	3.914	1.004	807	0,44	0,42
Piauí	8.006	8.196	2.877	2.954	2.064	2.114	709	599	0,71	0,69
Rio Grande do Norte ⁽³⁾	9.112	9.301	2.775	2.845	1.925	1.971	597	440	0,58	0,57
Sergipe	6.885	6.989	2.756	2.825	1.132	1.169	273	210	0,60	0,60
Nordeste	122.231	124.711	34.856	35.762	27.562	28.185	8.331	6.478	0,58	0,56
Norte	55.791	54.056	16.970	17.443	6.805	7.000	2.361	1.899	0,47	0,49
Sudeste	269.123	277.095	5.721	5.887	24.200	24.789	5.993	4.620	0,13	0,13
Minas Gerais	55.174	56.448	2.967	3.054	10.197	10.442	1.749	1.467	0,27	0,27
Espírito Santo	12.193	12.557	1.026	1.059	1.366	1.406	295	205	0,22	0,21
Sul	92.792	93.109	4.303	4.412	13.529	13.854	2.865	2.225	0,22	0,22
Centro-Oeste	55.125	66.271	3.895	4.939	4.400	5.673	1.274	1.299	0,17	0,18
Brasil	595.062	615.242	65.744	68.442	76.495	79.501	20.825	16.521	0,27	0,27

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da STN. Notas: (1) RCL - Receita Corrente Líquida. FPE - Fundo de Participação dos Estados. FPM - Fundo de Participação dos Municípios. TD - Transferências Discricionárias. IDF - Índice de Dependência Financeira. (2) O IDF é uma relação entre as Transferências da União e a Receita Corrente Líquida (RCL). (3) Os dados do Rio Grande do Norte de 2018 referem-se ao primeiro quadrimestre.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Economista-Chefe: Luiz Alberto Esteves. Gerente de Ambiente: Tibério Rômulo Romão Bernardo. Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. Gerente Executivo: Airtton Saboya Valente Junior. Equipe Técnica: Allisson David de Oliveira Martins, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão, Laura Lúcia Ramos Freire e Liliane Cordeiro Barroso. Projeto Gráfico: Gustavo Bezerra Carvalho. Revisão Vernacular: Hermano José Pinho. Estagiário: Rodrigo Fernandes Ribeiro. Jovem Aprendiz: Yago Carvalho Lima.

Aviso Legal: O BNB/ETENE não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências ou responsabilidades pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação são assumidas exclusivamente pelo usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.